

STJ00119346

EDILTON MEIRELES

**COOPERAÇÃO  
JUDICIÁRIA  
COMO INSTRUMENTO  
DE CONTROLE JUDICIAL  
DA COMPETÊNCIA  
ADEQUADA**

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
E D I T O R A



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Meireles, Edilton.  
Cooperação judiciária como instrumento de controle judicial da competência adequada. / Edilton Meireles. – Londrina, PR: Thoth, 2024.

240 p.  
Bibliografias: 207-240  
ISBN: 978-65-5959-665-2

1. Cooperação. 2. Competência.  
3. Competência Adequada. I. Título.

CDD 341.46

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** o autor

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

---

# SUMÁRIO

---

|   |     |
|---|-----|
| SOBRE O AUTOR.....  | 7   |
| APRESENTAÇÃO.....   | 11  |
| INTRODUÇÃO.....   | 15  |
| <b>CAPÍTULO 1</b>   |     |
| DA JURISDIÇÃO.....  | 17  |
| 1.1 A atividade substitutiva.....                         | 21  |
| 1.2 Da jurisdição voluntária.....                         | 23  |
| <b>CAPÍTULO 2</b>   |     |
| DA COMPETÊNCIA.....                                       | 31  |
| 2.1 Competência no plano constitucional.....              | 32  |
| 2.2 Competência no plano infraconstitucional.....         | 37  |
| 2.3 Do princípio do acesso à justiça.....                 | 46  |
| 2.4 Eficiência.....                                       | 49  |
| <b>CAPÍTULO 3</b>   |     |
| A COMPETÊNCIA ADEQUADA.....                               | 63  |
| 3.1 Critérios para definição da competência adequada..... | 64  |
| 3.1.1 Fatores gerais.....                                 | 75  |
| 3.1.1.1 Fatores gerais de interesse privado.....          | 76  |
| 3.1.1.2 Fatores gerais de interesse público.....          | 83  |
| 3.1.2 Fatores específicos.....                            | 108 |
| 3.2 Considerações parciais.....                           | 113 |
| <b>CAPÍTULO 4</b>   |     |
| O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....                          | 115 |
| 4.1 Princípio do juiz natural no Brasil.....              | 117 |
| 4.2 Princípio do juiz natural em outros ordenamentos..... | 133 |
| 4.2.1 Na França.....                                      | 134 |
| 4.2.2 Nos Estados Unidos da América.....                  | 137 |
| 4.2.3 Na Inglaterra.....                                  | 138 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.2.4 Na Alemanha.....  | 140 |
| 4.2.5 Na Itália.....  | 142 |
| 4.2.6 Na Espanha.....   | 144 |
| 4.2.7 Em Portugal.....  | 145 |
| 4.3 Considerações parciais.....   | 148 |
| <br>  |     |
| <b>CAPÍTULO 5</b>   |     |
| CONTROLE DA COMPETÊNCIA ADEQUADA PELA VIA DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA .....                        | 151 |
| 5.1 Do controle formal do ato de definição da competência <i>in concreto</i> .....              | 152 |
| 5.2 Do controle material da competência diante do caso concreto.....                            | 153 |
| 5.3 Do deslocamento de competência por ato de cooperação judiciária.....                        | 159 |
| 5.2.1 Deslocamento de competência absoluta por cooperação judiciária ...                        | 174 |
| 5.2.2 Deslocamento de competência por cooperação judiciária e cláusula de eleição do foro ..... | 198 |
| 5.3 Controle material da competência adequada pela via da cooperação judiciária .....           | 200 |
| 5.3.1 Conflito de competência decorrente do ato de concertação de cooperação.....               | 201 |
| <br>  |     |
| CONCLUSÕES.....   | 205 |
| REFERÊNCIAS.....  | 207 |